



# 16º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais

Tema: "40 anos da "Virada" do Serviço Social"

Brasília (DF, Brasil), 30 de outubro a 3 de novembro de 2019

---

Eixo: Serviço Social, Fundamentos, Formação e Trabalho Profissional.

Sub-eixo: Ênfase em Fundamentos.

## PROTAGONISMO E CONTRIBUIÇÕES DE ASSISTENTES SOCIAIS NEGRAS NA RENOVAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL BRASILEIRO

Sandra Regina Vaz da Silva<sup>1</sup>

Eliane Santos de Assis<sup>2</sup>

**Resumo:** O artigo tem como objetivo apontar o protagonismo e a contribuição de assistentes sociais negras na renovação do Serviço Social brasileiro, destacando o processo de incorporação da questão racial na agenda de lutas da categoria. O marco da análise refere-se à conjuntura dos anos de 1980 e 1990, que oportunizaram a incorporação tímida e gradual da temática racial no Serviço Social.

**Palavras-chaves:** Assistentes Sociais Negras, Renovação do Serviço Social, Questão Racial.

**Abstract:** The article aims to highlight the role and contribution of social workers in the renewal of Brazilian Social Service, highlighting the process of incorporating the racial issue into the agenda of sessions of the category. The data analysis in the context of 1980 and 1990, that has been built in the gradual of the social age in the social service.

**Keywords:** Black Social Workers, Renewal of Social Service, Racial Issue.

### 1 - Introdução

O presente artigo é resultado da primeira etapa do projeto de pesquisa intitulado "A questão racial, a tradição marxista e o Serviço Social brasileiro", que se encontra em andamento em uma universidade pública do estado do Rio de Janeiro. Corresponde a levantamento bibliográfico, documental e algumas aproximações sobre a história do movimento negro contemporâneo e o Serviço Social no bojo do processo de renovação.

O trabalho tem como objetivo apontar o protagonismo e a contribuição de assistentes sociais negras na renovação do Serviço Social brasileiro, destacando o processo de incorporação da questão racial na agenda de lutas da categoria.

Apontamos como marco histórico desse processo o Congresso da Virada, que em 2019 está completando quarenta anos, e é considerado o divisor político que desencadeou o processo de renovação do Serviço Social brasileiro. De acordo com Netto (2009), o Congresso da Virada foi o impulsionador do movimento de politização e mobilização de assistentes sociais e estudantes de Serviço Social, assim como da

---

<sup>1</sup>Professor com formação em Serviço Social. Universidade Federal Fluminense. E-mail: <srvds@yahoo.com.br>.

<sup>2</sup> Estudante de Pós-Graduação. Pontifícia Universidade Católica. E-mail: <srvds@yahoo.com.br>.

ressignificação de suas entidades e organização sindical, na medida em que o monopólio conservador que norteava as instâncias e fóruns da categoria profissional foi sendo quebrado. Desencadeou, portanto, consequências para além do plano político, mas também o caldo cultural inaugurado a partir de então e toda sua consistência anti-conservadora (NETTO, 2009).

Também é importante destacar que, apesar do Congresso da Virada ter representado uma guinada contra o tradicionalismo presente na profissão, ter reivindicado os valores democráticos e a incorporação das demandas dos trabalhadores e a afirmação à centralidade de classe e suas lutas, os assistentes sociais sempre estiveram presentes na cena política da sociedade, seja em uma posição alinhada aos interesses conservadores ou à posições e organizações de esquerda.

Partindo dessa compreensão, pretendemos destacar o protagonismo das assistentes sociais negras no processo de renovação do serviço social brasileiro, pois embora o marco de nossa análise seja os anos 80, esse protagonismo é anterior, e esteve alinhado ao ascenso das lutas sociais do país, sobretudo nos marcos da ditadura civil-militar, cujo movimento negro foi partícipe nas denúncias e resistência a esse episódio da história. Sendo assim, é importante apontar que o ativismo das assistentes sociais negras é inerente ao processo de reorganização do movimento negro contemporâneo, inaugurado com a fundação do Movimento Negro Unificado – MNU e posteriormente com o movimento de mulheres negras.

É possível identificar ainda que houve contribuições das assistentes sociais ao processo de renovação do Serviço Social brasileiro, uma vez que também estiveram alinhadas às lutas sociais do período através de um ativismo junto aos movimentos sociais, como o já citado movimento negro e movimento de mulheres negras, além de organizações partidárias de esquerda, organizações sindicais e entidades da categoria. Logo, a trajetória histórica das assistentes sociais negras contribuiu também na construção de um Serviço Social crítico, progressista e alinhado às demandas sociais de seu tempo, como a luta antirracista e a reivindicação de importantes pautas que atravessam as condições de vida da população negra.

Consideramos que dar visibilidade a essa história nos possibilita refletir sobre as primeiras aproximações do Serviço Social com a questão racial a partir de sua renovação, amadurecer essa trajetória no âmbito da formação e do trabalho profissional e identificar os limites e contradições implícitos nessa relação, a exemplo da incorporação e reconhecimento lento e gradual da temática no Serviço Social.

## **2 - Protagonismo e Contribuição de Assistentes Sociais Negras no processo de Renovação do Serviço Social brasileiro: a incorporação da temática Racial**

Partimos da compreensão que o diálogo e articulação da luta antirracista com a luta de classes se delineou mais incisivamente, na mesma conjuntura em que o Serviço Social, através de um grupo específico de profissionais, passou a questionar as bases de fundamentação tradicionalista e avançar na intenção de ruptura (NETTO, 2011). Como consequência, o Serviço Social em sua fase de renovação, procurou reorganizar os caminhos teórico-metodológicos e ético-políticos que lhe dá sustentação, sobretudo entre os períodos de 1980 e 1990, que culminou na construção do Projeto Ético – Político.

Apesar desse esforço, sobretudo materializado com o Código de Ética de 1993 - que institui o combate ao preconceito e a todas as formas de opressões, além de uma perspectiva emancipatória, e as Diretrizes Curriculares da ABEPSS (1996) que prevê - por meio do Núcleo de Fundamentos da Particularidade da Formação Sócio-Histórica da Sociedade Brasileira e sua transversalidade, um conjunto de disciplinas e conteúdos que dialoguem com a questão racial, pesquisas apontam lacunas quanto à atenção dada à temática, como nos mostra (ROCHA, 2014); (MARQUES JUNIOR, 2013); (FERREIRA, 2010); (RIBEIRO, 2004) e outros pesquisadores da temática racial.

Marques Junior (2013), em análise sobre a trajetória da questão racial no Serviço Social, ao pesquisar a produção acadêmica do Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais - CBAS, mostra que foi no ano de 1989 que a temática racial ganhou visibilidade. Destacando a conjuntura e a luta do movimento negro como determinante para essa incursão, o autor aponta que foi no 6º CBAS que houve a apresentação de duas teses sobre a questão racial e a reivindicação da temática como categoria de análise. Foi a partir daí que houve também a indicação da construção de um eixo temático sobre raça/etnia no relatório final do Congresso. Apesar disso, no período de 1990, a média de trabalhos apresentados manteve-se consideravelmente baixa, ficando em uma média de apenas três por congresso.

Ao investigar as produções da Revista Serviço Social & Sociedade entre 1980 e 2000, Marques Junior (2013) também mostra que não houve publicação referente à temática racial. Assim, o autor conclui que a baixa produção e a sua ausência nos documentos de grande circulação da categoria indicam que a questão racial não foi incorporada enquanto dimensão investigativa do Serviço Social no período.

Apesar dessa ausência, Janoário et. al. (2013), em entrevista realizada com as assistentes sociais Matilde Ribeiro e Magali da Silva Almeida, apontam o processo de

aproximação do debate racial com o Serviço Social. Por meio dessa publicação, podemos observar que a participação das mesmas e de outras assistentes sociais negras no período<sup>3</sup> foram contributivas ao processo de renovação do Serviço Social brasileiro, com destaque para a incorporação da luta antirracista na agenda de lutas da categoria e o compromisso assumido pelas entidades nos anos 80. Assim, é possível observar que apesar da dimensão investigativa não ter avançado, politicamente a categoria reconhece e se aproxima da luta antirracista, graças ao protagonismo de assistentes sociais negras que passaram a mobilizar sobre essa importância.

Conforme Matilde Ribeiro expõe em seu depoimento, a mesma destaca o significado da renovação do Serviço Social brasileiro e considera ter sido “produto de um momento histórico que despertou no interior do Serviço Social as preocupações com a classe trabalhadora, com as transformações sociais e com uma grande aproximação com o marxismo” (JANOÁRIO et al., 2013, pg.222).

Já Magali Almeida enfatiza que o denominado CRAS no período - Conselho Regional de Assistentes Sociais do estado do Rio de Janeiro, passou a assumir a bandeira de luta antirracista, na medida em que foi mobilizado a construir a Marcha contra a Farsa da Abolição, em 1988. Ao mesmo tempo, essa experiência foi impulsionadora para sua incursão no movimento negro. Sendo ela vice-presidenta da entidade à época, relata:

“Nos anos 80, cheguei a fazer parte (do que) aconteceu naquela conjuntura, que foi a tomada dos Conselhos Regionais, das entidades fiscalizadoras. Mas cheguei a fazer parte desta investida dos profissionais militantes desta categoria, dos órgãos dessa fiscalização desta categoria, que até então era o lugar da direita. Inclusive, o meu impulso para a entrada do Movimento Negro se deu aí. Em 1988, final de 1987, início de 1988, quando o Movimento Negro chamou as instituições para debater o posicionamento do movimento social contra o posicionamento do Governo Sarney, em comemoração aos cem anos da abolição, então eu estava como parte integrante da direção do Conselho Regional dos Assistentes Sociais. Chegou a carta, e na hora de distribuir tarefas, estava lá convidando o CRASS, na época para fazer parte desta mobilização. Eu era a única negra na direção e o pessoal da equipe disse: Matilde olha aqui! Então eu disse: Por que tem que ser eu? Eles estão convidando a instituição, mas eu fui. E foi assim que eu me tornei militante do Movimento Negro e nunca mais saí.” (JANOÁRIO et al., 2013, pg.223)

Podemos observar que houve vários determinantes que oportunizaram o encontro e o diálogo entre a luta antirracista e o Serviço Social brasileiro no período, assim como a inserção da temática na agenda de lutas da categoria. E como elas demonstram, o encontro com o marxismo, o Congresso da Virada, o protagonismo do Movimento Negro e o Movimento de Mulheres Negras, a marcha contra a falsa

---

<sup>3</sup> Foi possível observar a participação de outras assistentes sociais negras neste processo por meio da publicação de Ribeiro (2004) e Marques Júnior (2013), ao discorrer sobre as duas teses no VI CBAS em 1989. São elas: Maria José Pereira, Suelma Inês Alves de Deus, Fátima Cristina Rangel Sant’Ana,

abolição, a constituinte e, sobretudo, a sua identidade étnico-racial, em um país que cotidianamente a escamoteia, foram os principais impulsionadores.

De acordo com Magali Almeida, o encontro com a sua identidade étnico-racial, “como mulher negra e trabalhadora foi muito importante para a análise do racismo e da exploração do trabalho” (RIBEIRO, 2004, pg.155). Em sua trajetória militante, destaca o momento conjuntural em que o movimento negro vivenciava nos anos 80:

“É muito importante mencionar que a discussão racial e a ação antirracista com vistas a combater o preconceito recebeu tanto a influência do movimento negro como de alguns partidos políticos “de esquerda” na época. O MN teve uma estratégia muito importante, e uma delas defendia o seguinte pensamento: onde o negro está é necessário fazer a política antirracista. Ou seja, onde quer que estivéssemos, teríamos a tarefa de combater o racismo e as instituições a seu serviço. O MNU que reforçava essa linha. Parte dos negros estava em partidos diferentes (...). Do ponto de vista partidário, avançamos muito. Primeiro, porque ousamos trazer este debate para as instituições de representação político-partidárias. Nossa militância não era interna ao sindicato ou em partido – era no Movimento Social. Nossa tarefa era trazer os negros, perceber onde o negro estava. (...) É importante mencionar que o debate era direcionado ao negro. O negro deveria militar para as bases. Eu costumava militar, em Queimados, na praça, na feira de domingo, nos bailes, pelo partido (...)” (JANOÁRIO et al., 2013, pg.232-233).

Os estudos de Ribeiro (2004) também mostram a incursão da temática racial no Serviço Social, e evidencia o protagonismo de assistentes sociais negras, partícipes dos espaços da categoria e do movimento de mulheres negras, como determinante para essa visibilidade. Como consequência, destaca as estratégias de fortalecimento da temática na categoria, através dos seguintes processos:

“a definição dos eixos temáticos dos congressos da categoria, a existência de núcleos de estudos sobre as questões étnico – raciais nas faculdades e universidades de Serviço Social, o trânsito das assistentes sociais nas diversas áreas do saber, a transversalidade das políticas públicas visando à inserção de temáticas relativas às relações humanas no atendimento às necessidades básicas da população” (RIBEIRO, 2004, pg.156).

Apesar dessas estratégias, Ribeiro (2004) aponta a necessidade de toda a categoria assumir essa bandeira de luta, e não apenas as assistentes sociais negras:

“A partir dessas e outras formulações é possível visualizar que a coletivização dessas reflexões não podem e não devem ser objeto de análise apenas das assistentes sociais negras e/ou vinculadas ao movimento negro, mas da categoria como um todo, como área investigativa e de conhecimento” (RIBEIRO, 2004, pg.159).

Diante de tais reflexões, consideramos que a década de 1980 foi impulsionadora do processo de renovação do Serviço Social brasileiro, e, aliado a isso, a inserção da temática e do reconhecimento da luta antirracista na agenda de lutas da categoria. Apesar disso, o aprofundamento das reflexões e ações relacionadas à questão racial e o Serviço Social será desencadeado gradualmente, e de forma tímida e lenta décadas depois.

### 3 - As diretrizes Curriculares, a Questão Racial e a Formação em Serviço Social

Reconhecendo que o amadurecimento teórico crítico da profissão não trouxe consigo uma incorporação consistente da temática racial, convém discutirmos um pouco do que é considerado uma das maiores expressões desse amadurecimento: as diretrizes curriculares.

Para tratarmos do atual currículo que norteia a formação profissional em Serviço Social, partimos do reconhecimento do patrimônio intelectual e político que o Serviço Social coligiu nas últimas décadas e de que este fundamenta sua compreensão como “uma especialização do trabalho na sociedade, inscrita na divisão social e técnica do trabalho social” (Iamamoto, 2014, p. 610). Este processo, que nos amadurece como profissionais e consolida nosso lugar na divisão social e técnica do trabalho, ainda que tenha deixado algumas lacunas, nos legou frutos importantes, dentre eles as Diretrizes Gerais para o Curso de Serviço Social de 1996 da ABEPSS (Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social) ou como é chamada no seio da categoria: *diretrizes curriculares da ABEPSS*.

Desde que alcançou o status de profissão de nível superior, o Serviço Social passou por algumas iniciativas de revisão curricular<sup>4</sup>. Podemos inferir que as Diretrizes Gerais para o Curso de Serviço Social de 1996, ora em vigor, representam um produto do acúmulo teórico, político da profissão, além de expressarem também a preocupação de toda a categoria com a formação profissional graduada. Este documento, produto de inúmeros debates, é um dos legados da reconceitualização em solo brasileiro. Ainda que ele tenha sofrido inúmeros ataques por parte do Ministério da Educação<sup>5</sup>, esse documento é ainda hoje requerido pelos cursos de Serviço Social de todo o país e defendido pelas entidades da categoria por sua importância histórica e por ser um esforço de manutenção de um padrão mínimo de qualidade da formação profissional.

Dentre as muitas virtudes deste documento, destaca-se sua divisão em núcleos: Núcleo de fundamentos teórico-metodológicos da vida social; Núcleo de fundamentos da particularidade da formação sócio-histórica da sociedade brasileira; e Núcleo de fundamentos do trabalho profissional. Essa divisão objetiva superar a fragmentação no processo ensino aprendizagem e o documento ainda nos chama a atenção para a importância de não estabelecer qualquer tipo de hierarquização ou

---

<sup>4</sup> (...) dentre elas podemos citar a fixação do currículo mínimo em outubro de 1962 através do Parecer número 286 do então Conselho Federal de Educação, seguidos de outros processos em 1970, 1982 e 2001, sendo este último responsável pela aprovação das Diretrizes Curriculares em vigor. (Ortiz, 2013, p.01)

<sup>5</sup> Uma análise substantiva do processo de aprovação das diretrizes pelo MEC pode ser encontrada em Ortiz (2013)

classificação entre os núcleos. Uma vez que seu objetivo é oferecer de maneira articulada o conjunto de conhecimentos necessários para a atuação profissional de forma crítica, e que considere as muitas dimensões que compõem no exercício profissional, o que deverá ocorrer a partir de uma:

“(...) permanente construção de conteúdos (teórico-ético-políticos-culturais) para a intervenção profissional nos processos sociais que estejam organizados de forma dinâmica, flexível assegurando elevados padrões de qualidade na formação do assistente social”. (ABEPSS, 1996, p.08)

E para tanto “estabelece uma base comum, no plano nacional, para os cursos de graduação em Serviço Social” (ABEPSS, 1996, p. 06). O documento também reorienta a formação em Serviço Social ao propor uma compreensão de profissão que se inscreve no bojo das relações sociais. Essa perspectiva exige que os profissionais detenham uma compreensão mais abrangente da dinâmica capitalista para atuar como assistentes sociais. Compreendendo a sociedade burguesa como ordenadora da sociabilidade e sua dinâmica como produtora do objeto de trabalho dos assistentes sociais, a questão social, para Ortiz é a concepção que orienta as diretrizes:

(...) exige a constituição de um profissional com clara perspectiva crítica, ciente do processo histórico brasileiro e suas relações com o capitalismo mundial, das particularidades assumidas pelas classes sociais no Brasil e pelo Estado, que sem eliminar os traços arcaicos, modernizou-se no trato das expressões da “questão social”, combinando repressão com políticas sociais. (Ortiz, 2013, p. 03)

Deste modo, fica a cargo da graduação a responsabilidade por propiciar o entendimento da profissão desde sua gênese até a contemporaneidade, habilitando o profissional a compreendê-la inscrita no evoluir das relações sociais que se estabelecem na sociedade burguesa.

Consideramos que o ponto nevrálgico do documento é a apreensão da questão social como objeto de trabalho do assistente social. A expressão aparece inúmeras vezes em todo o documento, e não poderia ser diferente, uma vez que compreende: *a profissionalização do Serviço Social como uma especialização do trabalho e sua prática como concretização de um processo de trabalho<sup>6</sup> que tem como objeto as múltiplas expressões da questão social* (ABEPSS, 1996,p.12).

Todo o debate acerca da profissão é feito a partir desta compreensão e a questão social é qualificada de maneira abrangente e calcada na teoria crítica como um produto da relação capital/trabalho e, portanto, inerente à sociedade capitalista.

Em mais de um momento, é ressaltada a importância de se considerar as mudanças no envolver do capitalismo, que reconfiguram a questão social e, conseqüentemente, as demandas postas à profissão. São considerados processos

<sup>6</sup> Reconhecemos as polêmicas em torno da discussão sobre um suposto “Processo de trabalho do assistente social”, contudo não cabem nesse artigo esmiuçar a discussão.

macrossocietários e macroeconômicos como a Reestruturação Produtiva, o avanço do neoliberalismo e a contrarreforma do Estado brasileiro, num esforço que nos parece conferir maior atualidade e demarcar a necessidade de constante atualização da formação profissional dos assistentes sociais brasileiros, possibilitando assim que estes consigam oferecer respostas adequadas às demandas oriundas destes processos.

Todavia, ainda que esteja entre seus princípios:

Investigação sobre a formação histórica e os processos sociais contemporâneos que conformam a sociedade brasileira, no sentido de apreender as particularidades da constituição e desenvolvimento do capitalismo e do Serviço Social no país. (ABEPSS, 1996, pg.)

A questão social que baliza as diretrizes curriculares ignora elementos fundamentais da formação social brasileira, como o fato de a sociedade brasileira ter sido formada a partir de relações étnico-raciais muito particulares, ou seja, não há em todo documento qualquer referência à escravidão e ao racismo, elemento constituinte da sociedade brasileira. As palavras: escravidão, escravismo e racismo simplesmente não aparecem em todo o documento.

Compreendemos ser impossível uma caracterização fiel da questão social brasileira sem considerar essa dimensão, e por isso entendemos que tal debate deveria estar articulado ao Núcleo de Fundamentos do Trabalho Profissional, afinal é neste núcleo que se espera que seja realizado o debate e a concepção de questão social, considerando a sua particularidade no Brasil, já que as disciplinas do chamado Núcleo de Fundamentos do Trabalho Profissional (ABEPSS, 1996) são – ou deveriam ser – aquelas que “permitirão atribuir um novo estatuto à dimensão interventiva e operativa da profissão” (ABEPSS, 1996, p. 12). Porém há outro núcleo no qual a discussão sobre a questão racial poderia ser realizada de forma substantiva, através do Núcleo de fundamentos da particularidade da formação sócio-histórica da sociedade brasileira, uma vez que:

Este núcleo remete ao conhecimento da constituição econômica, social, política e cultural da sociedade brasileira, na sua configuração dependente, urbano-industrial, nas diversidades regionais e locais, articulada com a análise da questão agrária e agrícola, como um elemento fundamental da particularidade histórica nacional. Esta análise se direciona para a apreensão dos movimentos que permitiram a consolidação de determinados padrões de desenvolvimento capitalista no país, bem como os impactos econômicos, sociais e políticos peculiares à sociedade brasileira, tais como suas desigualdades sociais, diferenciação de classe, de gênero e étnico raciais, exclusão social, etc. (ABEPSS, 1996, p. 12)

Mesmo sob tal conceituação, não é neste núcleo também considerado os elementos que se referem à dinâmica étnico-racial que fundamenta a formação social brasileira.

Nossa pergunta é: se conforme vimos, já havia assistentes sociais pesquisando a temática racial na renovação do Serviço Social brasileiro, quais determinantes teriam impedidos a sua incorporação nos documentos resultantes deste processo? Esse questionamento é um dos norteadores de nossa pesquisa e pretendemos ampliar as dimensões que podem respondê-lo no futuro.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

As experiências apontadas, ainda que ínfimas, foram importantes para o Serviço Social brasileiro reconhecer a importância da temática racial e incorporar a luta antirracista em sua agenda no bojo dos anos 80. E, conforme pudemos verificar, as assistentes sociais negras tiveram um importante protagonismo nesse processo, como também na renovação do Serviço Social brasileiro.

Se refletirmos sobre as dimensões constitutivas do Serviço Social, quais sejam: teórico-metodológica, técnico-operativa e ético-política, podemos observar que inicialmente houve a incorporação da temática racial a partir da dimensão ético-política do Serviço Social, na medida em que as assistentes sociais negras passaram a se articular com o movimento negro, o movimento de mulheres negras e o Serviço Social, além de reivindicar o posicionamento das entidades da categoria, a reconhecer essa luta em sua agenda. Houve também a incorporação dos princípios do Código de Ética, em 1993, que prevê um posicionamento contrário a todas as formas de preconceito e discriminação, além das Diretrizes Curriculares da ABEPSS, que irá apontar algumas aproximações à temática racial nos conteúdos do currículo do curso de graduação em Serviço Social, ainda que tenham insuficientes para o avanço da temática, como pudemos problematizar nesse trabalho.

Observamos que a dimensão teórico- metodológica não acompanhou esse processo, pois, como Marques Junior (2013) nos mostrou, os anos de 1990 foram marcados pela elaboração das teses sobre a questão racial, mas as produções durante todo o período ocorreu de forma ínfima, havendo um aumento somente após os anos 2000, sobretudo 2010.

Rocha (2014) afirma que a consolidação do debate racial ainda está em construção, e apresenta um importante mapeamento na produção do conhecimento em Serviço Social, a partir dos principais eventos da categoria e revistas de grande circulação. Além disso, Rocha (2014) aponta as ações políticas das entidades da categoria, que à partir de 2000 avançou na construção de campanhas no conjunto CFESS/CRESS, nas deliberações dos encontros nacionais do conjunto, na elaboração

de materiais publicados, como o CFESS Manifesta<sup>7</sup>, e na formação de Grupo Temático de Pesquisa da ABEPSS sobre a questão racial.

O Serviço Social alcançou um importante avanço crítico em sua base teórico-metodológica e ético-política, que incidiu significativamente sobre a sua imagem e sobre a relação estabelecida com o Estado e a sociedade civil. Contudo, esse avanço e amadurecimento do Serviço Social brasileiro não foram acompanhados pelo debate da questão racial em seu interior. Deste modo, expressamos algumas indagações, sobretudo ao processo de formação em Serviço Social, que vem incorporando uma concepção de profissão ainda distante da realidade brasileira e suas particularidades históricas.

Como sabemos, os impactos desse atraso têm sérios desdobramentos no trabalho profissional, ou seja, no âmbito da dimensão técnico-operativa, conforme sinalizam estudos de pesquisadores da temática racial.

Portanto, temos como desafio reconhecer e enfrentar um trabalho profissional que sofre influências do racismo do mito da democracia racial, e que comumente não consegue identificar as suas expressões como um elemento estrutural e estruturante das relações sociais, ainda que a maioria população seja negra e seja a maior população usuária dos serviços e políticas públicas.

Muitas hipóteses nos desafiam com relação a esse debate e reconhecemos que a categoria, de modo mais geral, vem sendo constantemente desafiada a enfrentá-las, e com respostas pertinentes e interessantes nesse sentido<sup>8</sup>. Contudo esse esforço não deve se furtar de reconhecer que sua existência esteja diretamente vinculada ao fato de parte significativa da produção teórica e política dessas assistentes sociais ter sido desconsiderada ou não ter recebido o devido destaque.

## REFERÊNCIAS

ABEPSS. **Diretrizes gerais para o curso de Serviço Social** — 1996.

Disponível em:

[http://www.abepss.org.br/arquivos/textos/documento\\_201603311138166377210.pdf](http://www.abepss.org.br/arquivos/textos/documento_201603311138166377210.pdf) Acesso em: 24. jan.2017.

CFESS. **Código de Ética Profissional dos Assistentes Sociais**. Brasília:

CFESS, 1993. Disponível em: [http://www.cfess.org.br/arquivos/CEP\\_1993.pdf](http://www.cfess.org.br/arquivos/CEP_1993.pdf).

Acesso em: 20 de Maio de 2016.

Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Diretoria de Avaliação. Avaliação Trienal, **Documento da Área de Serviço Social e**

<sup>7</sup> <http://www.cfess.org.br/arquivos/2017-CfessManifesta-ConscienciaNegra.pdf> Acesso em 13/06/2019.

<sup>8</sup> Vide a campanha do conjunto CFESS/CRESS do triênio 2017-2020: assistentes sociais no combate ao racismo, disponível em <https://servicosocialcontraracismo.com.br/>. Acesso em 14 de Junho de 2019.

**Economia Doméstica.** CAPES, 2013. Disponível em:  
[https://www.capes.gov.br/images/stories/download/avaliacaotrienal/Docs\\_de\\_area/Servi%C3%A7o\\_Social\\_doc\\_area\\_e\\_comiss%C3%A3o\\_16out.pdf](https://www.capes.gov.br/images/stories/download/avaliacaotrienal/Docs_de_area/Servi%C3%A7o_Social_doc_area_e_comiss%C3%A3o_16out.pdf) Acesso em 20 de Abril de 2016.

FERREIRA, C. M. **O negro na gênese do Serviço Social (Brasil,1936-1947).** 2010. Dissertação (Mestrado em Serviço Social), Escola de Serviço Social, UFRJ, Rio de Janeiro.

GUERRA, Y. **Compromisso com a qualidade dos serviços prestados à população e com o aprimoramento intelectual, na perspectiva da competência profissional: significado, limites e possibilidades.** In Projeto Ético Político e exercício Profissional em Serviço Social. Rio de Janeiro, CRESS/RJ, 2013. P. 123-136.

IAMAMOTO, M. V. A Formação Acadêmico profissional no Serviço Social Brasileiro in Revista *Serviço Social e Sociedade* n. 120. Edição Especial. **Formação, trabalho e lutas sociais.** São Paulo: Cortez Editora, out-dez/2014.

JANOARIO, R. S.; ROCHA, R. F.; DIAS, S. **Entrevista com Matilde Ribeiro.** In: *Libertas*, vol 13, n.1, Juiz de Fora: Universidade Federal de Juiz de Fora, 2013.

\_\_\_\_\_. **Entrevista com Magali da Silva Almeida.** In: *Libertas*, vol 13, n.1, Juiz de Fora: Universidade Federal de Juiz de Fora, 2013.

MARQUES JUNIOR, J. S. **Questão Racial e Serviço Social: um olhar sobre sua produção teórica antes e depois de Durban.** In: *Libertas*, vol 13, n.1, Juiz de Fora: Universidade Federal de Juiz de Fora, 2013.

NETTO, J. P. **III CBAS: algumas referências para a sua contextualização.** In: 30 Anos do Congresso da Virada. CFESS. Brasília, 2009.

\_\_\_\_\_. **Ditadura e Serviço Social: uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64.** 16 ed. São Paulo: Cortez, 2011.

ORTIZ, F. G. **Notas sobre as diretrizes curriculares; avanços, impasses e desafios.** In: GUERRA, Y; LEITE. I.; ORTIZ, F. G. *Temas contemporâneos: o Serviço Social em foco.* São Paulo: Outras Expressões, 2013. p. 11-31.

PEREIRA, A. A. **“O mundo negro”: relações raciais e a constituição do movimento negro contemporâneo no Brasil.** Rio de Janeiro: Pallas: FAPERJ, 2013.

RIBEIRO, M. **As abordagens étnico – raciais no Serviço Social.** In: *Serviço Social & Sociedade.* N.79. São Paulo: Cortez, setembro 2004.

ROCHA, R. F. **A incorporação da temática étnico – racial no processo de formação em Serviço Social: avanços e desafios.** 2014. Tese (Doutorado em Serviço Social), Escola de Serviço Social, UFRJ, Rio de Janeiro.

